

DESIGUALDADE E CRESCIMENTO NA AMÉRICA LATINA: UM RETRATO DAS DISPARIDADES ECONÔMICAS

Thiago Geovane Pereira Gomes¹ | Daiane Kelly de Queiroz²
José Alderir da Silva³ | Viviane Kalyne Queiroz de Lima⁴

Como citar: GOMES, T. G. P.; QUEIROZ, D. K.; SILVA, J. A.; LIMA, V. K. Q. Desigualdade e crescimento na América Latina: um retrato das disparidades econômicas. *Revista Análise Econômica e Políticas Públicas – RAEPP*, v. 11, n. 1, e20261104, 2026.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o comportamento da desigualdade de renda e do crescimento econômico em uma amostra de países da América Latina entre 1970 e 2023. Foram usados dados secundários do Banco Mundial e da CEPAL para avaliar o nível de discrepância entre crescimento e distribuição de renda, por meio do PIB per capita, coeficiente de GINI, percentual de pobreza e extrema pobreza e índice de Theil. Os resultados comprovam o elevado nível de pobreza com concentração de renda, contrastando com a realidade econômica e política instável, com baixo crescimento ao longo dos anos. O cenário político instável após 2015 interrompeu o processo de desenvolvimento do início dos anos 2000, sendo piorado pelas diminuições dos programas sociais e pela crise da Covid-19 (como no caso do Brasil). Para tanto, esse presente artigo aborda o fato de que os países da América Latina só conseguirão atingir o crescimento equitativo e sustentável se resolverem a questão da desigualdade de renda, associada a políticas educacionais, tributárias, agrárias e produtivas, que são problemas estruturais ainda presentes na região.

Palavras-chave: Disparidades. Pobreza. Desenvolvimento.

Abstract: The objective of this article is to analyze the behavior of income inequality and economic growth in a sample of Latin American countries between 1970 and 2023. Secondary data from the World Bank and ECLAC were used to assess the level of discrepancy between growth and income distribution, through GDP per capita, GINI coefficient, percentage of poverty and extreme poverty and Theil index. The results confirmed the high level of poverty with income concentration, contrasting with the unstable economic and political reality, with low growth over the years. The frightening political scenario after 2015 interrupted the development

¹Doutor em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); professor do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande (CCTA/UFCG). E-mail: thiago.geovane@ufcg.edu.br.

²Mestra em Planejamento e Dinâmicas Territoriais (Plandites, 2023); especialista em Finanças, Investimentos e Banking (2021); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN, 2018). E-mail: daianekellysm@gmail.com.

³Doutor em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa). E-mail: josealderir16@hotmail.com.

⁴Graduada em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN, 2025).

process in the early 2000s, being made worse by the reductions in social programs and the Covid-19 Crisis (as in the case of Brazil). To this end, this article addresses that Latin American countries will only be able to achieve equitable and sustainable growth if they resolve the issue of income inequality, associated with educational, tax, agrarian and productive policies, which are structural problems still present in the region.

Keywords: Disparities. Poverty. Development.

1 Introdução

Em 1996, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) propôs uma série de fatores que podem explicar o diferencial nos níveis de crescimento entre os países, dentre esses: um maior nível de renda per capita, maior nível de escolaridade, menor taxa de crescimento populacional, maior nível de produtividade e um mercado de capitais desenvolvido contribuem para um crescimento econômico sustentado no longo prazo. Além disso, Rangel *et al.* (2007) incluíram fatores como: o papel das políticas governamentais, capital humano e da desigualdade de renda para explicar o diferencial de crescimento de renda entre países, estados ou regiões.

Um caso de estudo da desigualdade-crescimento relevante para ser abordado é o da América Latina, logo após a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, a América Latina caracterizava-se pela elevada desigualdade tecnológica, baixa escolaridade, falta de qualificação da mão-de-obra, altas taxas demográficas e produtos com baixo valor de mercado externo. A estratégia adotada pela região para reduzir as desigualdades sociais e promover crescimento econômico foi a de maior intervenção governamental (BEM, 2005).

Nos anos 1950, por força da influência das proposições de política emanadas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a maioria dos países da região adotou como estratégia de desenvolvimento local, o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI). Essa estratégia tinha como eixos centrais a implantação de indústrias voltadas para o mercado interno e a instituição de instrumentos de proteção da indústria nascente contra a concorrência externa, concretizados por meio de mecanismos tarifários e não-tarifários e da concessão de subsídios. A tese cepalina defendia a intervenção do Estado na resolução de problemas de infraestrutura e de serviços. A indústria seria o setor dinâmico da economia responsável pela impulsão do crescimento econômico e diminuir a forte dependência externa (MARINHO E BITTENCOURT, 2007).

Porém, o financiamento dessas ações deu-se via endividamento externo sinalizando o esgotamento desse processo. Devido à enorme vulnerabilidade da região ao capital externo, as crises que ocorreram em outros continentes prejudicaram bastante a economia da América Latina. As baixas taxas de crescimento dos países latino-americanos deveram-se ao endividamento estrutural constituído no período de 1965-1985. Esse nível de endividamento tornou-se um obstáculo ao crescimento e constituiu-se na principal fonte de instabilidade e de processos recessivos permanentes nos quais ingressaram os países da América Latina. A partir da segunda metade da década de 1980, esse fator estrutural conduziu estes países a uma posição de dependência crucial frente ao capital externo (BALANCO *et al.*, 2003).

A situação pós-endividamento, com contribuição da expansão do crédito in-

ternacional durante os anos 70, permitiu às economias latino-americanas crescerem com elevados déficits em conta corrente, no balanço de pagamento e preços relativos insustentáveis. Com a mudança de capital produtivo para especulativo e a eliminação da liquidez internacional, no início da década de 80, materializou-se a insustentabilidade das políticas macroeconômicas de crescimento, desencadeando a crise do endividamento. Isso provocou uma queda na taxa de crescimento do PIB da região, que passou de 5,6%, nos anos 70, para 1,2%, na década de 80, na média anual (CEPAL, 2002b).

A junção dos fatores surgidos após a Segunda Guerra Mundial e as grandes crises, citadas anteriormente, induziram à uma distribuição de renda historicamente desigual. Com dados da distribuição de renda por quintis em diversas regiões do mundo entre 1970 e 1990 e compilados por Deininger e Squire (1996b) constatou-se que, os 20% mais ricos da população têm, na América Latina, 52,94% da renda, proporção muito superior à de todas as outras áreas do mundo, incluindo a da África do Norte e Oriente Médio (45,35%). No outro extremo, os 20% mais pobres só têm acesso a 4,52% da renda, a menor porcentagem internacional, ainda menor que a da África do Norte e Oriente Médio (6,90%) (KLIKSBURG, 1999).

A desigualdade aumenta a pobreza, diminui os impactos do crescimento econômico na redução da pobreza, dificulta o crescimento econômico (especialmente quando associado à educação e acesso ao crédito), e aumenta as chances de conflitos sociais. As desigualdades de acesso à educação, saúde, sistemas de esgoto, água potável, eletricidade e telefone também são tipicamente altas e estão diretamente correlacionadas às diferenças de renda. Por exemplo, a diferença na média de anos de educação entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres variam entre cinco e nove anos de estudo nos países da região (RIBEIRO, 2006).

O quadro macroeconômico recessivo das duas últimas décadas, especialmente no início dos anos 1980, contribuiu com o aumento da pobreza América Latina. Por exemplo, o informativo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)-União Europeia (1999) expõe que 80% da população venezuelana é pobre. O Equador apresenta 62,5% de sua população abaixo do limite da pobreza. Já no Brasil, 43,5% da população ganha menos que dois dólares por dia e 40 milhões de pessoas viviam em estado de pobreza absoluta. Na Argentina, a taxa de pobreza das províncias do Nordeste é de 48,8% e a das províncias do Noroeste, 46%. Uma estimativa das Nações Unidas para toda a região afirma que, entre 1970 e 1980, existiam 50 milhões de pobres e indigentes, mas em 1998 seriam 192 milhões (KLIKSBURG, 2002).

Existe uma forte concentração da renda nacional da América Latina entre os 10% mais ricos da população, apesar do retorno dessa riqueza para a sociedade ser muito mais baixo na região em contraste com o que ocorre na Ásia, por exemplo. Na Ásia, os investimentos privados da parcela rica da sociedade em geral representam 70% da renda da região. Já na América Latina, esse “retorno” é muito menor, cerca de 35%. O capitalismo na região pode ser classificado como de baixa intensidade, muito menos propenso à tomada de risco do que o tipo de capitalismo existente na Ásia, o que também ajuda a explicar as baixas taxas de investimento e potencial de crescimento dos países latino-americanos, em comparação com asiáticos (MACHADO, 2013).

Portanto, o objetivo desse artigo é analisar o comportamento da desigualdade de renda e do crescimento econômico na América Latina entre 1970 e 2023, mediante indicadores como, Formação Bruta de Capital (F.B.C.), Valor Adicionado da Indústria

(V.A.I.), Valor Adicionado de Manufatura (V.A.M.), Comércio, Formação Bruta de Capital Fixo (F.B.C.F.) e Valor Adicionado pela Agricultura (V.A.A.), Taxa Média Anual de Crescimento do PIB per capita, Índice de Gini de Concentração de Renda, percentual de pobres e extremamente pobres e índice de Theil. A amostra engloba 11 países, a citar: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Equador e Venezuela. Os demais foram desconsiderados por falta de dados.

Além dessa introdução, o artigo contém mais cinco seções. A seção 2 apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa; a seção 3 apresenta uma discussão sobre a estrutura de desenvolvimento da América Latina; a seção 4 trata do panorama da desigualdade e do crescimento na região; a seção 5 contém as considerações finais e a última seção enumera as referências.

2 Procedimentos Metodológicos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e quantitativa, de caráter longitudinal, fundamentada na análise de dados secundários relativos ao comportamento da desigualdade de renda e do crescimento econômico na América Latina. A abordagem é predominantemente comparativa, contrapondo a trajetória dos países da amostra ao longo do tempo e entre si.

Os dados utilizados foram extraídos de fontes secundárias oficiais: o Banco Mundial (*World Development Indicators*) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL/CEPALSTAT). A amostra é composta por 11 países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Equador e Venezuela. Os demais países da região foram excluídos da amostra em razão da indisponibilidade ou descontinuidade de dados nas séries históricas consultadas. O recorte temporal da pesquisa compreende o período de 1970 a 2023, ainda que a disponibilidade de dados varie conforme o indicador e a fonte, conforme indicado nas tabelas apresentadas ao longo do artigo.

Para mensurar a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda, foram utilizados os seguintes indicadores: a Taxa Média Anual de Crescimento do PIB per capita; o Coeficiente de Gini de Concentração de Renda, que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o grau de concentração de renda; o percentual da população em situação de pobreza e de extrema pobreza; e o Índice de Theil, que também varia entre 0 e 1, no qual valores mais elevados indicam maior desigualdade na distribuição de renda. Complementarmente, foram analisados indicadores estruturais da atividade produtiva: Formação Bruta de Capital (FBC), Valor Adicionado da Indústria (VAI), Valor Adicionado de Manufatura (VAM), Comércio (soma de exportações e importações em percentual do PIB), Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e Valor Adicionado pela Agricultura (VAA), cujas definições operacionais constam nas notas explicativas das respectivas tabelas.

O procedimento analítico consistiu na organização dos dados em séries históricas por país e por indicador, seguida de análise descritiva comparativa entre nações e entre décadas, de modo a identificar padrões, pontos de inflexão e a relação entre os ciclos de crescimento econômico e a evolução da desigualdade de renda. Não foram empregados testes estatísticos de inferência, tratando-se de uma análise descritiva do comportamento conjunto das variáveis ao longo do tempo, à luz da literatura teórica e empírica revisada na seção anterior.

3 América Latina: uma estrutura de desenvolvimento desigual

De acordo com Prebisch (1962), a América Latina era considerada uma parte da periferia do sistema econômico mundial, com o papel específico de produzir alimentos e fornecer matérias primas para as nações desenvolvidas. Por desenvolver-se inicialmente com atividades primárias, em termos de trocas internacionais, os países que compõem essa região apresentavam menores níveis de produtividade no esquema da divisão internacional do trabalho. A solução para o problema de baixa produtividade, segundo o autor, dava-se via industrialização, o que possibilita a elevação progressiva do nível de vida da população. Isso é possível com a importação de bens de capital e aumento da exportação de matérias primas.

Furtado (1994, 21) também destaca a importância do comércio internacional para a integração do sistema econômico com a América Latina e seu processo de industrialização (ainda que atrasado),

Quando observamos de forma panorâmica a economia mundial no correr do século XIX, particularmente na sua segunda metade, percebemos que as enormes transformações ocorridas se ordenam em torno de dois processos: o primeiro diz respeito a uma considerável aceleração na acumulação de capital nos sistemas de produção, e segundo a uma não menos considerável intensificação do comércio internacional.

Segundo a análise Prebischiana (1962), quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante formação intensa de capitais. A solução não está em crescer em função do comércio exterior, mas saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, a tabela 01 expõe a trajetória da Formação Bruta de Capital (F.B.C.), Valor Adicionado da Indústria (V.A.I.), Valor Adicionado de Manufatura (V.A.M.), Comércio, Formação Bruta de Capital Fixo (F.B.C.F.) e Valor Adicionado pela Agricultura (V.A.A.) entre 1970 e 2010, e procura mostrar a importância de aliar-se formação bruta de capital com o valor adicionado pela indústria para possibilitar maiores taxas de crescimento do PIB *per capita* da região.

Tabela 01: Comportamento das Variáveis ao longo do tempo

Anos	F.B.C.a	V.A.I.b	V.A.M.c	Comérciod	F.B.CFe	V.A.A.f
1970-1975	7,77	5,52	4,68	26,07	20,50	12,75
1976-1980	5,51	5,89	4,67	29,93	22,35	11,41
1981-1985	-3,99	-3,99	0,29	31,51	19,60	10,00
1986-1990	1,76	2,05	2,50	34,91	19,44	9,66
1991-1995	6,01	2,93	2,54	36,28	18,67	7,64
1996-2000	4,84	2,43	2,21	41,93	19,07	5,97
2001-2005	2,47	2,47	2,39	47,00	18,49	5,81
2006-2010	6,50	2,70	2,06	49,16	20,42	5,08

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Banco Mundial. Nota: a Formação Bruta de Capital é medida pela taxa de crescimento anual da formação bruta de capital baseada em moeda local constante; o Valor Adicionado da Indústria e o Valor Adicionado de Manufatura são medidos pelas respectivas taxas anuais de crescimento; Comércio corresponde à soma das exportações e importações em percentual do PIB; a Formação Bruta de Capital Fixo e o Valor Adicionado pela Agricultura são medidos em percentual do PIB.

Um fato importante, é que com a crise da década de 80, a região apresentou uma queda na formação bruta de capital e no valor adicionado pela indústria de 3,99% entre os anos de 1981 e 1985, mas manteve um aumento considerável no comércio externo, onde configura nesse mesmo período 31,51% do PIB.

A formação bruta de capital fixo da América Latina manteve-se praticamente estável, oscilando em torno de 18 a 22% do produto interno bruto entre 1970 e 2010. Em termos de comparação, a dos Estados Unidos encontra-se no intervalo de 20 a aproximadamente 24% do PIB nesse mesmo período e com uma formação bruta de capital sempre acima dos 20%, enquanto na América Latina não atingiu 8% de crescimento anual.

Também vale destacar na tabela 01 acima que, tanto o valor adicionado pela manufatura como o adicionado pela agricultura apresentaram queda ao longo do tempo; após 1986, a manufatura contribuiu entre 2,00% e 2,50% a.a. e a agricultura caiu de 9,66% a 5,08% do PIB. Isso mostra a necessidade de políticas de fomento a esses setores para possibilitar a recuperação da competitividade com o setor externo, assim como um aumento de produtividade nos respectivos setores da economia da região.

Na verdade, e considerando que este foi um período marcado por vários choques da economia mundial, as economias latino-americanas não lograram pôr em prática um padrão de desenvolvimento, baseado nos empréstimos estrangeiros, em que a taxa de crescimento do valor novo superasse a taxa de juros. Em consonância com esse quadro, já no início dos anos 1980, os países da região passavam a implementar um esforço exportador desmesurado com o único propósito de criar receitas em divisas estrangeiras necessárias ao pagamento do serviço da dívida (BALANCO *et al*, 2003).

Como exemplo, apenas para ilustrar as consequências de baixo nível de formação bruta de capital fixo e a queda da manufatura, com uma análise fixada em 1985, Kilsztajn (1998) compara a margem de lucro, a relação capital-produto e a taxa de

lucro dos países industrializados e da América Latina, como também discute a relação entre a taxa de lucro e o nível de produtividade e salário dessas economias.

Segundo Kilsztajn (1998, p. 68):

[...] seria importante salientar que, embora com o dobro da margem de lucro, a América Latina apresenta a metade da relação investimento/excedente dos países industrializados. Desta forma, em moeda local ou em dólares, a participação da formação bruta de capital no produto da América Latina acaba por ser igual à taxa de investimento dos países industrializados. Entretanto, devido à diferença dos preços dos bens de produção em relação aos preços dos bens de consumo nos países industrializados e na América Latina, em paridade do poder de compra das moedas (PPP), ou seja, em termos reais, a taxa de investimento dos países industrializados é 60% maior que a taxa de investimento dos países da América Latina.

Logo, baixos níveis de produtividade e competitividade em relação aos países desenvolvidos podem ser um dos vários motivos para contribuir com menores taxas de crescimento econômico na região e o aumento da pobreza e da desigualdade em suas múltiplas dimensões. Outros autores defendem a hipótese da desigualdade de renda persistente ao longo do tempo nas estruturas sociais da América Latina. Birdsall *et al.* (1995) realizam uma comparação entre o desempenho da economia da América Latina e do Leste Asiático entre 1960-1985, como também, os impactos da desigualdade de renda sobre o crescimento econômico e apontam os motivos para a efetivação de uma enorme concentração de renda.

Segundo Birdsall *et al.* (1995), a elite política da América Latina não realizou uma reforma agrária abrangente, os investimentos do governo em educação eram voltados para as famílias ricas, não existiam incentivos para o desenvolvimento da agricultura e das exportações, o que resultou em um crescimento lento da demanda de mão-de-obra. Esse menor nível de demanda por mão-de-obra aumentou a quantidade de subempregados e desempregados, incentivando a criação de programas de transferência de renda.

Diante de um cenário de pobreza crescente, surgiram regimes populistas que utilizavam a redistribuição de renda às famílias em situação de vulnerabilidade. Há uma contribuição à falta de incentivo no mercado de trabalho, o que também prejudica a produtividade dos trabalhadores. Mas, como em toda nação que apresenta um sistema ineficiente de arrecadação e predominam empregos com baixo nível de produtividade, esses programas tornaram-se fiscalmente insustentáveis e atrasaram o crescimento. Isso tudo resultou na persistência de grandes níveis de desigualdade e pobreza e na mitigação do crescimento da economia.

Outro grande problema analisado diz respeito à relação entre a desigualdade de renda e a demanda por escolaridade. De acordo com Birdsall *et al.* (1995, p. 282):

[...] os níveis educacionais inferiores à média registrados na América Latina contribuíram para a existência de níveis de desigualdade nas remunerações superiores à média. Também existiu um efeito de retroalimentação, fechando um círculo vicioso, entre a elevada desigualdade e as baixas taxas de matrícula. A elevada

desigualdade da renda limita a demanda de educação das unidades familiares e provavelmente reduz a oferta pública. Devido às limitações orçamentárias e imperfeições no mercado de capital, as unidades familiares pobres não realizam investimentos de capital humano em seus filhos, mesmo quando a rentabilidade é elevada. A urgente necessidade de utilizar a renda simplesmente para subsistir exclui investimentos de alta rentabilidade e limita a demanda por educação.

O baixo nível de escolaridade e o aumento da desigualdade contribuiu com baixas taxas de crescimento da economia latino-americana em comparação com o Leste Asiático. Birdsall *et al.* (1995) afirmam que isso acontece devido as desigualdades na distribuição da educação e da renda terem um grande impacto negativo sobre a taxa de crescimento econômico. O resultado dessa desigualdade na educação em dimensões quanti e qualitativamente, mitigou o crescimento da América Latina, não permitindo chances de aumentar a produtividade dos trabalhadores. Outro problema também surgiu, ao considerar-se a pouca oferta de mão-de-obra qualificada e em contrapartida uma maior remuneração dos trabalhadores com esse perfil, possibilitaram a ampliação da concentração de renda. Como dito no parágrafo anterior, existe um círculo vicioso entre o crescimento, a desigualdade de renda e no campo microeconômico, o investimento em capital humano. A pouca renda limita apenas investimentos de subsistência e diminui a procura por qualificação.

Segundo Martins (2014), as décadas de 1980 e 1990, apresentaram picos inflacionários, dotados de crises num contexto econômico bastante instável. O resultado disso foi o aumento de pessoas em situação de pobreza e, posteriormente, a ampliação do papel do Estado com políticas redistributivas com o propósito de reduzir as desigualdades de renda. Os anos 1980, na América Latina, ficaram conhecidos como “a década perdida”, no âmbito da economia. Das taxas de crescimento do PIB à aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros indicadores, o resultado do período é medíocre. No Brasil, a desaceleração representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores (MARANGONI, 2012).

O desempenho da economia brasileira, durante a década de 80, por conta da crise externa, foi decepcionante. As taxas de crescimento do PIB apresentaram uma tendência declinante. Em 1980, último ano da expansão, a taxa de crescimento situou-se em 10,2%. Já em 1981, esse percentual recuaria para -4,3%. A recessão somente foi interrompida em meados da década (84-85). Verificaram-se grandes superávits comerciais e, em 1986, foi lançado o Plano Cruzado, que gerou um clima de euforia no país e a falsa percepção de que os problemas decorrentes da administração da dívida haviam sido superados. A derrocada do Plano Cruzado levou o país à um novo ciclo recessivo. Os Planos Bresser e Verão não conseguiram frear a crise e tampouco o processo inflacionário.

A América Latina apresentou o mesmo cenário com queda considerável em muitos índices. Como exemplo, de acordo com Fiori (1999), houve uma impressionante queda da taxa média anual de crescimento do PIB. Em sua fase de recessão (1980-1985), a taxa anual do PIB desta região crescia em média 0,6%, já em sua fase de recuperação (1985-1990), ela subiu não mais que 1,9%. As importações reduziram-se à média anual de 8,1%, contudo, o fraco desempenho das exportações (0,8%) era reflexo da queda dos índices dos preços médios do principal produto de exportações da região, as

commodities, as quais caíram 20% em termos nominais.

A tabela 01 demonstra os efeitos causados pela crise no setor produtivo, com a queda na formação bruta de capital e no valor adicionado pela indústria e a manufatura no período entre 1980 e 1990. O resultado da diminuição desses indicadores em comparação com o PIB corrobora a chamada década perdida e representou uma grande perda para grande parte da população. A queda na produção industrial e no nível de emprego contribuiu com o aumento de pessoas abaixo da linha da pobreza e consequentemente, com uma maior instabilidade política na América Latina, não criando um ambiente apto para investimentos.

Alves (2010) também considera os anos 80 uma década perdida, afirmando que a renda *per capita* caiu de \$3.620 dólares em 1980 para \$3.321 dólares em 1990, e ao mesmo tempo, o percentual da população abaixo da linha de pobreza subiu de 40,5% para 48,3% no mesmo período. Logo, torna-se evidente que, a queda da renda *per capita* e o aumento no percentual de pessoas vulneráveis, intrínsecos à crise, colocaram quase metade da população latino-americana em situação de pobreza.

Houve uma certa melhora na década de 1990, com a recuperação da renda e a diminuição da pobreza até o ano 2000. Ainda, de acordo com Alves (2010), em 1994 a renda *per capita* voltou ao patamar de 1980, embora a pobreza tenha caído apenas para 45,7%, mantendo-se acima daquela registrada em 1980. No ano de 2000 a renda *per capita* chegou a \$3.886 dólares e a pobreza a 42,5%. Os dois primeiros anos do terceiro milênio foram de crise com a renda *per capita* caindo para \$3.746 dólares em 2002 e a incidência de pobreza subindo para 44,3%.

O nível de pobreza e da renda *per capita* provocou o aumento da desigualdade de renda entre os países que compõem a América Latina. Segundo Estenssoro (p. 124, 2003):

[...] quanto à distribuição da renda, a CEPAL (2001) afirma que a participação dos 10% mais ricos é muito elevada e que em alguns países captam mais de 35% da renda total, superando em muitos casos em mais de 20 vezes a renda dos 40% mais pobres. Por sua vez, cerca de 70% dos habitantes da região vivem em domicílios com renda inferior à média. Durante os anos 1990, apesar de muitos países terem expandido a economia e aumentado o gasto social, a região não conseguiu melhorar a distribuição de renda. A exceção foi o Uruguai (Gini de 49,2 em 1990 e 44,0 em 1999). O coeficiente de Gini aumentou entre 1990 e 1999 no Brasil (62,7 para 64,0) e na Argentina (50,1 para 54,2), enquanto no México ficou estável (53,6 e 53,9).

A perda de credibilidade com relação aos investimentos externos, diminuição nas linhas de financiamento para obras de infraestrutura na região e a discussão do papel do Estado na condução da política econômica estimularam os questionamentos de órgãos externos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento na solução da crise da década de 80. O Estado do Bem-Estar Social é questionado e torna-se inviável diante do cenário de crise fiscal e aumento dos endividamentos internos e externos. O Consenso de Washington em 1990 apresentou recomendações sobre a disciplina fiscal, prioridades nas despesas públicas, reforma de impostos, taxas de juros, de câmbio, política de comércio, investimento estrangeiro direto, privatizações, desregulamentação e os direitos de propriedade.

As recomendações de Washington, no final da década de 1980, são precisamente recomendações econômicas com o objetivo de “arrumar a casa” e dar passagem ao capital externo à Região que havia se fechado a ele, pois, com o passar do tempo, a Região tornara-se protecionista, ou porque, em função de sua instabilidade econômica, afugentara os investimentos externos e porque o tamanho do Estado deveria ser reduzido. Deve-se considerar que o “Consenso”, em si, em nenhum momento sugere ou apresenta a expressão “Estado mínimo”, mas acredita que a saída para a crise é a disciplina fiscal, a prioridade de despesas e funções (o que vai ao encontro da teoria da “crise fiscal” quando salienta a importância dos gastos com o objetivo de aumentar a rentabilidade do capital) (BEM, 2005).

A crise fiscal que ocorrera na região entre 1980 e 1990 tornou muitos países dependentes do financiamento externo. De acordo com Balanco, Pinto e Milani (2003, p. 678):

[...] para estes países a cristalização deste quadro deletério deu-se mediante a fixação de um processo estrutural de reprodução da dependência e da crise. Evidentemente, este processo corresponde ao endividamento, o qual nada mais representa do que a colocação em prática pelos países centrais de medidas voltadas para o enfrentamento da queda da taxa geral de lucro. Os fluxos de capitais passaram a migrar do centro para a periferia latino-americana, primeiro como capitais de empréstimos e, depois, como capitais voláteis especulativos. Isto quer dizer que a chamada globalização do capitalismo tem entre suas componentes uma estrutura representada pelo aprofundamento da dependência dos países atrasados através do processo de endividamento. Portanto, as reformas neoliberais, iniciadas no começo dos anos 1990, viabilizaram o aprisionamento destes países em uma teia de vínculos que os prendem a esta situação de beco sem saída.

Como já mencionado, a renda *per capita* volta a cair no início dos anos 2000 com uma nova crise, diminuindo para \$3.746 dólares em 2002, a incidência de pobreza subindo para 44,3% e a desigualdade aumentou entre 1990 e 1999 como afirmado por Estenssoro (2003). De acordo com Singer (2009), a América Latina, como região bastante vulnerável, também é atingida fortemente pela crise mundial de 2008. Mudanças das condições econômicas externas, como fuga das divisas fortes aos países desenvolvidos, extinção do crédito externo e grande redução das exportações e das entradas de investimentos diretos estrangeiros são características pertencentes à região durante este período.

No caso do Brasil, embora os bancos privados nacionais não tenham sofrido perdas por efeito da crise dos créditos hipotecários estadunidenses, eles se entregaram ao pânico e comprimiram a oferta de crédito, punindo os bancos menores, dependentes de aplicações (*funding*) dos grandes bancos, que recebem a maior parte dos depósitos das empresas e famílias. Os pequenos bancos financiam micro e pequenas empresas, que ocupam grande parte da população economicamente ativa. A contração de sua atividade provocou redução ponderável da produção deste segmento. A grande indústria, por sua vez, foi atingida tanto pela queda das exportações como pela diminuição do crédito aos compradores de automóveis, eletrodomésticos e outros bens de valor elevado (SINGER, 2009).

Cano (2009) afirma que a crise de 2008 afetou a América Latina com uma queda do PIB em 2009, em torno de -2% e recuperação em 2010, onde o Banco Mundial estima em 2%. Dentre os mais desenvolvidos da região, o México apresenta uma queda entre -5% a -7%, no caso do Brasil, em cerca de -1% e de 1,5% para a Argentina. Para o autor, desde agosto-setembro de 2008, surgiram sinais da crise com a desaceleração, queda de preços, forte redução da produção industrial e das exportações, desemprego etc. A implantação das políticas neoliberais mais a crise da dívida, colocou o México em lugar de destaque nesta crise, com o grau de manifestação maior em grande parte dos países da região no último trimestre de 2008.

Tomando-se o período que vem desde a crise de 1982 até 2008, houve uma taxa média anual do PIB em torno de 2,4%. No caso do Brasil, no período 1980-2008, a taxa média anual foi de 2,6% ou 2,3%, se considerarmos 1980-2004 e separarmos o “Efeito China”. Ambos, bem abaixo da média regional (CANO, 2009). Lustig *et al.* (2012) estudaram o comportamento da desigualdade de renda em 17 países da América Latina (Equador, El Salvador, Argentina, Peru, Venezuela, México, Brasil, República Dominicana, Panamá, Paraguai, Chile, Bolívia, Costa Rica, Uruguai, Guatemala, Honduras e Nicarágua) entre 2000 e 2010 e, apontam motivos para seu declínio, principalmente na Argentina, Brasil e México. Após ter aumentado na década de 1990, a desigualdade de renda diminuiu a partir de 2000 na maioria dos países. No final de 1990, a América Latina apresentou um Gini médio de 0,530, mas, em 2010, o coeficiente de Gini da renda *per capita* doméstica caiu para 0,497.

Em meados dos anos 2000, com um coeficiente de Gini de 0,530, a América Latina era 18% mais desigual que a África Subsaariana, 36% mais desigual que o Leste da Ásia e Pacífico e 65% mais desigual do que os países desenvolvidos. Por volta de 2010, o coeficiente de Gini da distribuição de renda familiar *per capita* variou de 0,387, 0,442 e 0,453 na Venezuela, Argentina (área urbana) e do Uruguai, respectivamente, e para 0,556 e 0,567 na Bolívia e Honduras (LUSTIG *et al.*, 2012).

No quesito importações e exportações, a tabela 02 apresenta dados das três maiores economias da região e do Chile. Vale salientar que, apesar de estruturas produtivas e de exportações diferenciadas, os efeitos negativos de porte são parecidos. Deste modo, o total das duas categorias que formam a balança comercial caíram de maneira considerável, bem acima da média regional. No caso do Brasil, as maiores reduções foram nas exportações de produtos básicos agropecuários, petróleo e minérios. O ano de 2009 apresentou certa recuperação graças à retomada parcial dessas exportações para a China (CANO, 2009).

Tabela 02: Efeitos da Crise sobre a Balança Comercial

País	Jan./jul. 2009/2008 (%) [*]			
	Exportações totais	Exportações industriais	Importações	Produção industrial manufatureira
Argentina	-21	-16	-39	-2
Brasil**	-25	-32	-29	-12
Chile	-35	-21	36	-10
México	-31	26	-33	-18

Fonte: Cano (2009). ^{*} Cifras arredondadas. ^{**} Exportações e importações totais: jan./out.; exportações industriais e produção industrial: jan./set.

4 Panorama da Desigualdade de Renda e Crescimento Econômico na América Latina: o caso do Brasil

A partir de agora, será feita uma análise do comportamento da taxa de crescimento do PIB *per capita* e do nível de desigualdade de renda dos onze países selecionados da América Latina. O estudo do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat, 2012) destacava o forte crescimento do PIB brasileiro, de 1970 a 2009, abandonando o México e os países que formam o Cone Sul – Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. Em 2023, o PIB do país representou, aproximadamente, 33% do total do PIB da América Latina, sendo o país com maior PIB da região. Mas quando se analisa o PIB *per capita*, o Brasil não ocupa a melhor posição, com pouco mais de US\$ 9 mil por ano, abaixo da média latino-americana e dos países mais desenvolvidos da região, como México, Chile, Argentina e Uruguai. O Brasil ainda perde para a maioria dos vizinhos na questão da pobreza. Aproximadamente 20% da população vive em situação de indigência, percentual maior do que no Uruguai, na Argentina, no Chile e no Peru. Costa Rica e Panamá também ficam à frente do Brasil, com menores percentuais na taxa de pobreza urbana (Cepal, 2023).

A tabela 03 contém os dados referentes à taxa de crescimento do PIB *per capita* dos países da América Latina e dos Estados Unidos entre 1970 e 2009, e foram obtidos dos Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial. Já a tabela 04 apresenta os dados sobre o Índice de Gini de maneira decenal, baseados em pesquisas domiciliares primárias obtidas a partir de órgãos de estatística e departamentos governamentais nacionais do Banco Mundial. A priori, uma análise do comportamento do produto de cada país que compõem a amostra ao longo do tempo, demonstra grandes oscilações na taxa média anual de crescimento e uma grande vulnerabilidade às crises externas, sobretudo nos períodos de alta inflação e do aumento do endividamento de cada nação.

A partir de 1990, ocorreram três grandes ciclos na economia latino-americana. A fase ascendente do primeiro desses ciclos foi iniciada graças ao renovado acesso aos mercados internacionais de capitais em meados dos anos 1990. A transferência líquida de recursos através da conta de capitais, que tinha sido negativa com a crise da dívida, voltou a ser novamente positiva. Apesar do tropeço temporário que representou a crise do México em meados de 1994, a abundância de financiamento externo continuou dando suporte ao crescimento econômico, até que a crise das economias emergentes, iniciada no Leste Asiático em 1997 e depois estendida à Rússia e maior parte do mundo em desenvolvimento em 1998, provocou uma brusca e acentuada interrupção do financiamento externo, com a exceção dos fluxos de investimento estrangeiro direto. O efeito regional foi uma grande desaceleração ou aberta recessão, em um amplo conjunto de economias, especialmente na América do Sul, e uma nova meia década perdida em termos de desenvolvimento econômico (BÉRTOLA e OCAMPO, 2015).

O segundo ciclo caracterizou-se por uma expansão extraordinária entre 2004 e 2007, de fato a mais importante vivida pelas economias latino-americanas desde a expansão ocorrida em 1967-1974. Esse fato é ainda mais importante quando se observa a média não ponderada das taxas nacionais de crescimento, que indica que a fase recente de rápido crescimento foi menos dependente das grandes economias da região do que antes. A expansão baseou-se, desta vez, não apenas em um novo auge do financiamento externo, mas também na sua combinação com uma bonança excepcional dos preços dos produtos primários e altos níveis de remessas de trabalhadores migrantes.

O conjunto de fatores favoráveis perdeu força a partir de 2007 (remessas) e meados de 2008 (final do crescimento do preço dos produtos primários) e transformou-se em um choque externo negativo, como parte da crise financeira internacional de setembro de 2008 e da Grande Recessão mundial subsequente. Já no início desse último ano várias economias da região tinham sofrido uma desaceleração substancial e, no último trimestre, todas entraram em franca desaceleração. O efeito geral foi uma contração da economia latino-americana de 2,1% em 2009, a pior desde a crise da dívida. O conjunto de fatores adversos começou a ser revertido em meados de 2009, com uma forte retomada do crescimento de 6% em 2010. Esse ano pode ser considerado como o início de uma nova fase, embora as taxas de crescimento da região tenham caído novamente em 2011 em meio à continuada incerteza da economia mundial após a Grande Recessão (BÉRTOLA e OCAMPO, 2015).

Com a análise da tabela 03 abaixo, observa-se baixas taxas de crescimento dos países da América Latina, em que apenas na década de 70 e de 90, a taxa média de crescimento foi próxima dos 6%. A taxa média anual de crescimento do produto *per capita* chileno no período de 1970 e 2009 foi de 2,73%, configurando-se como a maior taxa da região. O Chile é o país mais competitivo da América Latina, em 35º lugar no ranking geral, seguido do Panamá (50º lugar). A economia chilena destaca-se por sua economia estável nos tempos de crise e sólidas instituições, além de ter eficientes mercados financeiros e alta prontidão tecnológica. A Colômbia vem apresentando melhoras nos últimos anos e ganhou cinco posições (RELATÓRIO GLOBAL DE COMPETITIVIDADE 2015-2016).

Tabela 03: Taxa de variação média anual do PIB por habitante dos países da América Latina

Países	1950- 1960	1960-1970	1970-1980	1980-1990	1990-2000	2000-2010	2010-2020	1970-2009
Argentina	1,15	2,68	0,91	-2,64	2,79	2,34	-1,61	1,05
Bolívia	-1,43	3,27	1,60	-1,95	1,80	2,05	1,68	0,80
Brasil	3,55	2,61	6,16	-0,53	0,97	2,55	-0,49	2,25
Chile	1,48	2,29	0,97	1,38	5,19	3,25	0,79	2,73
Colômbia	1,68	2,14	3,16	1,17	0,84	2,66	1,17	2,12
Equador	2,27	1,06	3,98	0,06	0,11	2,35	0,00	1,68
México	3,24	3,58	3,48	-0,09	1,65	-0,18	-0,21	1,39
Paraguay	0,59	2,27	6,14	0,27	-0,05	2,44	1,67	2,17
Peru	2,76	2,30	1,16	-3,45	2,05	4,60	1,13	1,10
Uruguay	0,83	0,56	2,44	-0,01	2,50	2,84	1,23	1,85
Venezuela	3,66	2,52	1,13	-1,97	-0,06	1,47	-5,53	0,2

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da CEPAL e do Banco Mundial (1950–2020).

O Brasil apresentou um crescimento de 2,25%, seguido do Paraguai com 2,17% e Colômbia com 2,12%. As menores taxas são apresentadas pela Venezuela e Bolívia, respectivamente, de 0,20 e 0,80%. O Brasil, o Chile, a Colômbia e o Paraguai apresentaram crescimento médio maior que o dos Estados Unidos, que foi de aproximadamente 1,87%. Uma das possíveis explicações para esse desempenho da taxa de crescimento norte-americana seria a existência de uma relação inversa entre o nível de renda *per capita* e o crescimento do PIB, corroborando a convergência condicional pertencente aos modelos neoclássicos de crescimento.

Essas baixas taxas de crescimento dos países latino-americanos em comparação com o Leste Asiático, afetou profundamente o nível de emprego, a produção industrial e o nível de bem-estar da região. A região da América Latina e do Caribe, como um todo, teve a sua década perdida nos anos 1980 com a queda da produtividade média do trabalho, o que ficou atestado pelo crescimento negativo de seu PIB *per capita*, em torno de -0,9% ao ano. Na década seguinte apresentou um medíocre crescimento de 1,5%, pouco mais que compensando as enormes perdas sofridas por essa região na década anterior. O mau desempenho de suas três principais economias – o Brasil, o México e a Argentina –, vitimada por recorrentes crises externas ao longo das duas décadas, é responsável, em larga medida, pelo fracasso dos países centro e sul-americanos em termos de crescimento e de elevação de seus níveis de bem-estar (GALVÃO, 2007).

Pinto Santa Cruz (1973) afirmava que o modelo de substituição de importações promovia a instalação de indústrias com pouca ou que **não tinham uma elevada capacidade de absorção de mão de obra**. Esse fato, era movido por um capital-intensivo, com baixo nível de absorção de mão-de-obra e mais maquinaria, com resultado direto em concentração de renda. O autor critica, portanto, o modelo ISI, acusando-o de elevar a concentração de renda para áreas mais urbanas e setores industriais movidos com maior tecnologia (mais modernos). Para tanto, o processo de ISI não conseguiu resolver o problema de heterogeneidade estrutural da América Latina, uma vez que a falta de mobilidade do capital, integração econômica e o problema da fragmentação social persistiam:

Conviene insistir en ese doble origen o naturaleza de los marginados: los que están "fuera" del área modernizada - en lo principal las grandes ciudades, y los que están "dentro", físicamente, pero sin llegar a integrarse por la vía primordial, que es la del empleo. Ambas realidades agudizan y hacen más compleja la heterogeneidad, ya que difieren sustancialmente las condiciones de los dos grupos y los problemas que plantean. Desde luego, la "periferia interna" del área modernizada se equipará y tiene funciones y posibilidades más parecidas a las de un "ejército de reserva". Por otro lado, parece comprobarse que ese grupo no proviene tanto del mundo rural "primitivo" de subsistencia como de núcleos urbanos menores (Pinto Santa Cruz, 1973, p. 113)

A tabela 04 dispõe os dados sobre a concentração de renda ao longo do tempo dos países latino-americanos. A Argentina e a Bolívia evidenciaram aumento da desigualdade de renda entre 1970 e 2000 e em contrapartida, em 2010 o Gini caiu para 0,4500 e 0,5450, respectivamente. A queda na formação bruta de capital e no valor adicionado pela indústria pode ter contribuído para que esses dois países exibissem na década de 80, taxas de crescimento negativas cooperando com a persistência da desigualdade de renda. Os países restantes, com exceção do Brasil, tiveram grande oscilação entre uma década e outra, mas entre 2000 e 2010 houve queda na desigualdade com a contribuição do crescimento da economia e em alguns casos, a efetivação de políticas de redistribuição de renda.

Tabela 04: Índice de Gini de Concentração de Renda

Países	1970	1980	1990	2000	2010	2020
Argentina	0,3610	0,4160	0,4310	0,5100	0,4500	0,4270
Bolívia	0,4967	0,5264	0,5450	0,6220	0,5450	0,4360
Brasil	0,6470	0,5600	0,6060	0,5920	0,5105	0,4890
Chile	0,5010	0,5000	0,5740	0,6140	0,5435	0,4700
Colômbia	0,5560	0,5880	0,5495	0,5780	0,5600	0,5350
Equador	0,6830	0,5312	0,5589	0,5670	0,4700	0,4730
México	0,5830	0,5195	0,5527	0,5566	0,4660	0,4460
Paraguai	0,4286	0,4352	0,3980	0,5400	0,5000	0,4350
Peru	0,5940	0,5628	0,4792	0,4930	0,4500	0,4370
Uruguai	0,3980	0,4250	0,4422	0,4400	0,4350	0,4020
Venezuela	0,6220	0,4100	0,4250	0,4400	0,3650	-

Fonte: dados do Banco Mundial (1970–2022).

A literatura sugere que na década de 1970 a desigualdade caiu em vários países, tais como México, Panamá, Colômbia, Peru e Venezuela e aumentou em algumas economias do Cone Sul – Argentina, Chile e Uruguai (GASPARINI, 2003). A década de 1980, conhecida como a década perdida devido ao fraco desempenho macroeconômico, também foram frustrantes em termos de desigualdade de renda. Londoño e Székely (2000) relatam que a razão da renda média entre os quintis altos (*top*) e baixos (*bottom*) dos países da América Latina passou de 22,9 em 1970 para 18,0 em 1982, e subiu de volta para 22,9 em 1991 (GASPARINI *et al.*, 2009).

A tabela 05 abaixo expõe a média, a mediana e a média ponderada da distribuição da renda familiar *per capita* medida pelo coeficiente de Gini entre 1990 e meados da década de 2000 entre os países latino-americanos. Ao considerar a média e a mediana do Gini, a desigualdade de renda aumentou nos países latino-americanos durante a década de 1990 e teve uma queda na primeira metade de 2000, com os níveis de 2006 semelhantes aos do início dos anos 1990. A última análise muda, quando se considera a média ponderada dos Ginis: Brasil e México, que representam em conjunto 56% da população da região, experimentaram fortes tendência à diminuição da desigualdade, do que o resto dos países ao longo dos anos 2000, de modo que a média ponderada latino-americana é significativamente mais baixa em meados dos anos 2000, do que no início de 1990 (GASPARINI *et al.*, 2009).

Tabela 05: Desigualdade de Renda Familiar na América Latina

	Média	Mediana	Média ponderada
Início de 1990	0,520	0,527	0,549
Final de 1990	0,532	0,536	0,555
Início de 2000	0,536	0,545	0,547
Meados da década de 2000	0,519	0,523	0,527

Fonte: Gasparini et al. (2009).

O Brasil, em comparação com os países que pertencem ao Cone Sul, apresentou três intervalos de queda no Índice de Gini. Apenas na década de 90 o Gini volta a crescer e fica em torno de 0,6060. Muitos fatores são apontados para a melhora nos indicadores da economia brasileira no século XXI, desde o aumento na redistribuição de renda como também das exportações. Pode-se afirmar que a alteração da distribuição de renda corrente, caracterizada por uma queda do grau de desigualdade e pelo aumento real dos níveis de renda dos diversos estratos, é insuficiente para indicar o ganho de bem-estar auferido pelas famílias, pois este foi potencializado pelo que se chamou de *efeito China* (responsável por baratear os equipamentos domésticos e os vestuários) e pelo acesso ao crédito propiciado pela estratégia de bancarização da população de baixa renda. Portanto, o crescimento da economia brasileira, depois de 2004, esteve estreitamente associado ao aumento do consumo decorrente da população (DEDECCA, 2015).

Há uma sugestão de uma relação inversa entre o crescimento do PIB *per capita* e da desigualdade de renda diante dos dados expostos acima. Historicamente, a América Latina, enfoque dessa pesquisa, apresentou muitas oscilações em seu percentual de crescimento. O resultado disso tudo, como apontado nas discussões, contribuiu com baixos níveis de investimento, maior grau de dependência externa, altos níveis de inflação, maior instabilidade política, menor nível de produtividade, entre outros. Em termos de bem-estar, grande parte da população não recebe o mínimo para garantir sua sobrevivência, com menor oferta de serviços públicos e, principalmente, a realização de investimentos não significativos na educação.

O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Comissão Econômica para a América Latina e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico admitem que a solução desses problemas se dá via diminuição da desigualdade de renda, com maiores investimentos na educação (treinamento, qualificação e pesquisa), reformas tributárias, desregulamentação em alguns setores produtivos, e o aumento da competitividade. Altos níveis de desigualdade de renda contribuem com um cenário macroeconômico volátil e com muitas incertezas, e que no médio e longo prazo mitigarão o crescimento econômico pró-pobre. A tabela a seguir, apresenta o percentual médio de pobreza e extrema pobreza os países selecionados, entre os anos de 2000 e 2023, segundo dados disponibilizados pela Cepal.

*Não havia dados disponíveis da Argentina.

Na maioria dos países analisados, os indicadores apresentaram piora em 2020, com a crise global da pandemia. Entre os anos 2000 e 2015, os números são reflexo do ciclo econômico de crescimento econômico e reformas sociais: eventos como o boom das *commodities*, programas de transferência de renda e expansão da educação e mercado de trabalho, aqueceram a economia, com reflexo nos indicadores (Lustig *et al*, 2013). As crises políticas, econômicas e o choque da pandemia do Covid-19, reverteram o cenário de crescimento entre 2015 e 2020, com problemas de inflação, pressão sobre aumentos dos gastos públicos e queda na atividade econômica e emprego (ECLAC, 2022). Na Colômbia, por exemplo, pouco mais de 30% de sua população estava na pobreza em 2023, e quase 16% na extrema pobreza, reflexo do agravamento da crise social no país. Merece atenção especial o Brasil, cuja melhora no indicador da pobreza e extrema pobreza se deu, também, aliado às políticas estatais de distribuição de renda; e o Uruguai, que apresenta a menor taxa de pobreza da América Latina, sob o resultado do modelo de bem-estar social robusto (Cepal, 2023).

O nível de desigualdade de renda dos principais países da América Latina

Tabela 06: População em situação de pobreza e extrema pobreza na América Latina – 2000 a 2023 (%)

Países*	Pobreza						Pobreza extrema					
	2000	2005	2010	2015	2020	2023	2000	2005	2010	2015	2020	2023
Bolívia	67,40	66,60	-	34,70	32,30	-	38,10	36,90	-	14,60	13,50	-
Brasil	-	34,40	-	18,80	18,40	16,10	-	5,10	-	4,00	5,10	3,60
Chile	42,80	-	-	13,20	13,90	-	6,30	-	-	1,70	4,50	-
Colômbia	-	49,60	39,30	29,50	38,40	32,70	-	19,60	16,40	10,80	18,60	15,90
Equador	-	40,40	32,70	23,90	30,60	25,30	-	13,20	10,00	7,00	10,80	7,40
México	48,80	-	44,50	-	37,40	-	13,80	-	12,70	-	9,20	-
Panamá	29,80	32,90	-	18,20	-	14,30	13,10	14,40	-	8,10	-	6,50
Peru	-	46,80	24,60	19,00	28,40	18,30	-	16,10	7,00	5,40	8,60	4,20
Uruguay	-	-	9,70	4,10	5,00	4,50	-	-	0,50	0,20	0,30	0,20
Venezuela	44,20	43,00	24,90	-	-	-	4,80	9,10	4,90	-	-	-

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da CEPAL (1950–2023). * Não havia dados disponíveis da Argentina.

também pode ser observado por meio do índice de *Theil*. Esse índice varia entre 0 e 1, ou seja, quanto maior o número, pior a distribuição de renda e maior o nível de desigualdade. Esses números podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 07: Índice de Theil da América Latina – 2000 a 2023

Países	2000	2005	2010	2015	2020	2023
Bolívia	0,818	0,761	-	0,368	0,36	-
Brasil	-	0,621	-	0,521	0,535	0,52
Chile	0,523	-	-	0,427	0,478	-
Colômbia	-	0,616	0,623	0,538	0,594	0,601
Equador	-	0,55	0,492	0,425	0,44	0,369
México	0,557	-	0,525	-	0,41	-
Paraguai	-	0,584	0,639	0,484	0,379	0,429
Peru	-	0,568	0,422	0,375	0,396	0,314
Uruguai	-	-	0,354	0,277	0,278	0,298
Venezuela	0,278	0,374	0,226	-	-	-

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da CEPAL (1950–2023).

Até 2015, os índices de *Theil* apresentavam declínio em praticamente todos os países analisados: Brasil caiu de 0,621 (2005) para 0,521 (2015); Peru e Equador também apresentaram quedas, chegando a 0,369 e 0,314 em 2023, respectivamente. Segundo a Cepal (2023), entre 2000 e 2014 houve um aumento significativo dos trabalhos formais, o que implica em uma maior renda entre as pessoas. Esse argumento é reforçado por Lustig, López-Calva e Ortiz-Juárez (2013), cujo primeira quinzena dos anos 2000 foi marcado por crescimento mais acentuado e redução da pobreza, associado a políticas redistributivas: aumento do salário-mínimo (como o caso do Brasil, Argentina e Uruguai), programas de transferência de renda (Bolsa Família no Brasil e Oportunidades no México), além de expansão da educação.

Após 2015, iniciou um processo de desaceleração econômica, crises políticas, com impacto negativo sobre a redução das desigualdades. No Brasil, o Índice de *Theil* aumentou de 0,521 (2015) para 0,535 (2020); A Colômbia também apresentou um aumento expressivo, chegando a 0,601 em 2023. Cornia (2020) aponta que todos os países foram prejudicados pela crise do Covid 19, que propôs novos desafios e dificuldades ao processo de desenvolvimento, com aumento das desigualdades. Além disso, as crises econômicas, políticas, além de reforças trabalhistas e ajustes fiscais (como no caso do Brasil e México), reduziram expressivamente a capacidade dos países a manter ou mesmo implementar novas políticas redistributivas e de proteção social (ECLAC, 2022).

A persistência da desigualdade de renda e da pobreza configuram-se como um grave problema para a América Latina. Portanto, estudar os efeitos da desigualdade de renda sobre o crescimento econômico das maiores economias da região e descrever o comportamento do binômio desigualdade-crescimento, permite aos formuladores de política econômica, a implantação de reformas tributárias e políticas que possibilitem o aumento no nível de bem-estar da população e um ambiente que admita altas taxas de investimento e menos volatilidade no nível de produção econômica.

5 Considerações finais

Este artigo analisou o comportamento da desigualdade de renda e do crescimento econômico na América Latina entre 1970 e 2023. Para tanto, utilizaram-se dados secundários do Banco Mundial e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) de 11 países. Os resultados revelam uma relação complexa entre crescimento e desigualdade de renda, marcada por choques, crises e fases de crescimento.

A análise feita por Prebisch e Furtado sugere uma necessidade latente de uma industrialização robusta e da formação de capital, a fim de reverter a baixa produtividade que caracteriza a região. As crises dos anos 80 e 90 não apenas paralisaram o crescimento, mas também afunilaram as fragilidades estruturais existentes. Contudo, apesar do ligeiro avanço, especialmente nos primeiros quinquênios dos anos 2000, o elevado nível de desigualdade persiste por falta de ajustes estruturais, tais como o fortalecimento da educação e da indústria interna (assim como a reforma agrária).

Em relação ao comportamento do PIB *per capita* e da desigualdade de renda, os dados evidenciam um cenário desafiador. Apesar dos avanços de 2009 a 2019, os números ainda apresentam um cenário de extrema pobreza e complexidade de resolução, em especial após os choques e crises dos últimos anos. O Brasil, o Chile e a Colômbia, apesar dos avanços em destaque, comparados aos demais países da região, ainda necessitam de reformas estruturantes para alcançar maior nível de igualdade e crescimento econômico.

Os resultados sobre o nível de concentração de renda ainda são alarmantes: a elevada discrepância entre os mais ricos e os mais pobres foi agravada por políticas de investimentos sociais ineficazes (especialmente após 2015), a ausência de um sistema educacional inclusivo, além de uma estrutura produtiva que valorize a formação de emprego com renda justa, e políticas de ajustes fiscais mais eficientes (o imposto progressivo). Para tanto, a elevada instabilidade política e econômica dos países da América Latina, refletem diretamente na qualidade de vida e bem-estar, com piores no coeficiente de Gini, percentual de extrema pobreza e índice de *Theil*.

Por fim, o futuro da América Latina depende de um cenário econômico estável, no qual os formuladores de políticas econômicas enfatizem, além do crescimento, políticas que promovam uma maior qualidade de vida e que reconheçam a necessidade de abordar a desigualdade como um fator central para a promoção de um crescimento sustentável. Destarte, a luta contra a desigualdade de renda é fundamental para a recuperação das taxas de crescimento na região.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. Crescimento econômico e reduções de pobreza na América Latina. *Ecodebate e Meio Ambiente*, mar. 2010. Acesso em: 4 jan. 2015.
- AMARANTE, V.; COLAFRANCESCHI, M.; VIGORITO, A. Uruguay's income inequality and political regimes. *World Development*, v. 59, p. 290–307, 2014.
- BALANCO, P.; PINTO, E. C.; MILANI, A. M. A crise econômica e a desarticulação social na América Latina: o endireitamento estrutural. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 13, n. 3, p. 677–691, dez. 2013.

BANCO MUNDIAL. *Brasil: visão geral*. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BEM, J. S. *Estado e economia na América Latina: a construção do pensamento neoestruturalista cepalino*. Porto Alegre: PPGE/UFRGS, 2005.

BÉRTOLA, L.; OCAMPO, J. A. *O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência*. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

BIRDSALL, N.; ROSS, D.; SABOT, R. Inequality and growth reconsidered: lessons from East Asia. *World Bank Economic Review*, v. 9, n. 3, p. 477–508, 1995.

CANO, W. América Latina: notas sobre a crise atual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 3, p. 603–621, dez. 2009.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Bases de datos y publicaciones estadísticas*. 2025. Disponível em: <<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=2&lang=es>>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Globalização e desenvolvimento*. 2002b. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/af6c835c-f218-4d14-9031-42b87dceb4a3/content>>.

CORNIA, G. A. The structural reform–Covid-19 nexus and its impact on income distribution in Latin America. *Development and Change*, v. 51, n. 5, p. 1234–1260, 2020.

DEDECCA, C. S. *A redução da desigualdade e seus desafios*. Brasília, DF: Ipea, jan. 2015. (Texto para Discussão, n. 2031).

ECLAC – ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. *Social panorama of Latin America 2022*. Santiago: United Nations, 2022.

ESTENSSORO, L. *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina*. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GALVÃO, O. J. A. Globalização e as mudanças na configuração espacial da economia mundial: uma visão panorâmica das últimas décadas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 61–97, jan./abr. 2007.

GASPARINI, L. Different lives: inequality in Latin America and the Caribbean. In: WORLD BANK. *Inequality in Latin America and the Caribbean: breaking with history?* Washington, DC: World Bank, 2003.

GASPARINI, L.; CRUCES, G.; TORNAROLLI, L. *Recent trends in economic inequality in Latin America*. 2009. (Society for the Study of Economic Inequality, Working Paper n. 132).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil 1996*. Brasília, DF: Ipea, 1996. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13715>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

KLIKSBERG, B. *América Latina: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social*. Paris: Unesco, 2002.

KLIKSBERG, B. *El rol del capital social y de la cultura en el proceso de desarrollo*. Washington, DC: BID, 1999.

LUSTIG, N.; LÓPEZ-CALVA, L. F.; ORTIZ-JUÁREZ, E. *Declining inequality in Latin America in the 2000s: the cases of Argentina, Brazil, and Mexico*. Washington, DC: World Bank, 2012. (Policy Research Working Paper, n. 6248).

LUSTIG, N.; LÓPEZ-CALVA, L. F.; ORTIZ-JUÁREZ, E. Declining inequality in Latin America: a decade of progress? *World Development*, v. 44, p. 129–141, 2013.

MACHADO, T. América Latina mantém uma das maiores desigualdades de renda do mundo. 2013.

MARANGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? v. 9, n. 72, 2012.

MARINHO, E.; BITTENCOURT, A. Produtividade e crescimento econômico na América Latina: a abordagem da fronteira de produção estocástica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 5–33, jan./mar. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ee/a/z4zFPpKpmwFcfxk5sf63BYK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MARTINS, N. M. Breve nota sobre regime de metas de inflação e crescimento econômico. *Revista Economia & Tecnologia*, v. 10, n. 3, 2014.

ONU-HABITAT. *Estado das cidades da América Latina e Caribe*. 2012. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/57045-onu-lan%C3%A7a-relat%C3%B3rio-sobre-cidades-latino-americanas>>.

PINTO SANTA CRUZ, A. *Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina*. Santiago: Cepal, 1973. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/entities/publication/7c791e1d-db59-4939-b4e6-3a6700f0d769>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record; Cepal, 2000. v. 1, p. 69–136. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/entities/publication/0dd0ffa8-8f21-4d56-9cf4-48d0050247c9>>.

RANGEL, L. A.; et al. *Crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil de 1991 a 2000: uma análise das áreas mínimas comparáveis*. Brasília, DF: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1312). Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13715>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The global competitiveness report 2015–2016*. Geneva: WEF, 2015. Disponível em: <https://www3.weforum.org/docs/gcr/2015-2016/Global_Competitiveness_Report_2015-2016.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

RIBEIRO, C. A. C. Um panorama das desigualdades na América Latina. *Análise de Conjuntura OPISA*, n. 6, jun. 2006.